

lu




Plano

de Gestão de Riscos de

Corrupção e Infrações Conexas

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Caracterização e Estrutura da Sociedade.....	5
2.1. Natureza e Regime Jurídico	6
2.2. Estrutura orgânica	7
2.2.1. Órgãos Sociais	7
2.2.2. Coordenação e Gestão	9
2.2.3. Organograma	10
3. A Corrupção e infrações Conexas	11
4. Identificação de riscos	16
4.1. Conceito de risco e gestão de risco	17
4.2. Caracterização das áreas de risco de corrupção e infrações conexas	17
4.3. Medidas preventivas gerais dos riscos de corrupção e infrações conexas	19
5. Compromisso Ético	22
6. Monitorização	24

1. INTRODUÇÃO

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, no âmbito da Recomendação de 01 de julho de 2009, publicada no Diário da República, II Série, n.º 140, de 22 de julho, determinou requerer a todas as entidades públicas a elaboração dos respetivos Planos de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) e que as mesmas procedam à avaliação da execução desses planos.

Esta Recomendação dirigiu-se aos Órgãos dirigentes máximos das entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos, seja qual for a sua natureza, administrativa ou empresarial, de direito público ou de direito privado.

Nos termos da Recomendação do CPC n.º 1/2010, de 7 de abril, devem ainda as entidades publicitar o seu PGRCIC no respetivo sítio da INTERNET.

A Recomendação do CPC, de 7 de novembro de 2012, determina que as entidades de natureza pública, ainda que constituídas ou regidas pelo direito privado, devem dispor de mecanismos de acompanhamento e de gestão de conflitos de interesses, devidamente publicitados, que incluam também o período que sucede ao exercício de funções públicas, com indicação das consequências legais.

Foi com base diversas Recomendações emitidas pelo CPC que a Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A., procedeu à elaboração do seu PGRCIC.

2. CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE

2.1. Natureza e Regime Jurídico

A Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro S.A., doravante designada abreviadamente PLRA, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída pelo Decreto-Lei n.º 11/2009, de 12 de Janeiro.

A PLRA foi criada no âmbito da Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, que determina a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, em espaços de intervenção prioritária, designado por Polis Litoral — Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira.

A realização destas Operações de Requalificação e Valorização da Orla Costeira, as quais são reconhecidas de interesse público pela Resolução de Conselho de Ministros referida, tem como objetivo:

- > Proteger e requalificar a zona costeira, tendo em vista a defesa da costa, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade, a renaturalização e a reestruturação de zonas lagunares e a preservação do património natural e paisagístico, no âmbito de uma gestão sustentável;
- > Prevenir e defender pessoas, bens e sistemas de riscos naturais;
- > Promover a fruição pública do litoral, suportada na requalificação dos espaços balneares e do património ambiental e cultural;
- > Potenciar os recursos ambientais como fator de competitividade, através da valorização das atividades económicas ligadas aos recursos do litoral e associando-as à preservação dos recursos naturais.

A execução do conjunto de operações de requalificação e valorização da orla costeira, que integram o “Polis Litoral”, é assegurada por empresas públicas, constituídas sob a forma de sociedade comercial de capitais exclusivamente públicos, com a participação maioritária do Estado e minoritária dos municípios territorialmente abrangidos.

A Sociedade Polis Litoral Ria de Aveiro S.A. é o primeiro exemplo de associação formal entre o Estado e uma Comunidade Intermunicipal e tem por objeto, de acordo com o artigo 4.º dos seus Estatutos, publicados pelo Decreto-Lei n.º 11/2009, a gestão, coordenação e execução do investimento a realizar no

âmbito do Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, na área e nos termos definidos no respetivo plano estratégico, compreendendo igualmente o desenvolvimento das ações estruturantes previstas naquele documento em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, de dinamização de atividades turísticas, culturais, de lazer e de outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da sua área de intervenção.

A Sociedade tem ainda por objeto a realização de projetos e ações que conduzam ao desenvolvimento associado à preservação do património natural e paisagístico, que inclui ações de proteção e requalificação da zona costeira visando a prevenção de risco, a promoção da conservação da natureza e biodiversidade no âmbito de uma gestão sustentável, a valorização de atividades tradicionais ligadas aos recursos da ria de Aveiro, a requalificação e revitalização das frentes lagunares, a valorização dos núcleos piscatórios marítimos e lagunares e a qualificação e ordenamento da mobilidade na ria de Aveiro, a valorização dos «espaços ria» para fruição pública e a promoção do património natural e cultural a ela associado.

2.2. Estrutura orgânica

A PLRA tem como acionistas o Estado Português, com uma participação correspondente a 56 %, no valor de € 17 192 000, e a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro — Baixo Vouga, abreviadamente designada por CIRA, com uma participação correspondente a 44 % do capital social, no valor de € 13 508 000.

São órgãos da Sociedade a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A Sociedade integra ainda um conselho consultivo, com funções meramente consultivas.

2.2.1. Órgãos Sociais:

▪ Assembleia Geral

São competências da Assembleia Geral:

- a) Aprovar o plano estratégico da Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro;
- b) Aprovar o plano de atividades, anual e plurianual;
- c) Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- d) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- e) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
- f) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 20 % do seu capital social;
- g) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- h) Eleger os titulares dos órgãos sociais;
- i) Deliberar sobre as alterações aos Estatutos;
- j) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais;
- l) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

As deliberações são tomadas por maioria de votos expressos em assembleia geral, com exceção das deliberações para as quais a lei exija maioria qualificada.

Mesa da assembleia Geral:

Presidente: Maria Helena Vaz de Carvalho Nazaré

Secretária: Anabela Antunes Rodrigues

▪ **Conselho de Administração**

Compete ao conselho de administração assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, sendo-lhe atribuídos os mais amplos poderes e cabendo -lhe, designadamente:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social que não caibam na competência de outro órgão da Sociedade;
- b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e acompanhar ações, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- c) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
- d) Decidir sobre a administração de pessoal e sua remuneração;
- e) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
- f) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei.

Incumbe especialmente ao presidente do conselho de administração:

- a) Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

Membros:

Presidente: Manuel Augusto Ruano Lacerda

Vogal: João Carlos Gomes Belo Farinha

Vogal: José Agostinho Ribau Esteves

▪ **Órgão de Fiscalização**

Ao Fiscal Único, além das competências constantes da lei, cabe especialmente ao conselho fiscal:

- a) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço, do inventário e das contas anuais;
- b) Alertar o conselho de administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

Fiscal Único:

Efetivo: ROC: CFA - Cravo, Fortes, Antão & Assoc. SROC

Suplente: Luciano dos Santos Carvalho

2.2.2. Coordenação e gestão

A direção e coordenação geral da PLRA foi atribuída à Parque Expo 98, S.A., nos termos do artigo 10.º do Decreto-lei n.º 11/2009. No entanto, o Decreto-lei n.º 48/2013, de 5 de abril, institui que as atividades de direção e coordenação geral das intervenções no âmbito do Programa Polis Cidades e Operações Polis Litoral ficam sujeitas ao regime da contratação pública estabelecido no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

2.2.3. Organograma

Organização da estrutura atual



3. O CRIME DE CORRUPÇÃO E INFRACÇÕES CONEXAS

A Corrupção constitui uma ameaça para o Estado de direito, a democracia e os direitos do homem, mina os princípios de boa administração, de equidade e de justiça social, falseia a concorrência, dificulta o desenvolvimento económico e faz perigar a estabilidade das instituições democráticas e os fundamentos morais da sociedade.

Atualmente, a corrupção é uma das grandes preocupações com que as sociedades se deparam resultante da competitividade dos mercados, bem como das potenciais violações dos códigos de conduta e ética por parte dos seus intervenientes.

A ausência de medidas fortes de combate apropriado a estes fenómenos provoca não só o descrédito das instituições e dos países, como coloca, também, em perigo a sustentabilidade do próprio mercado e das suas empresas.

Constitui uma situação de **corrupção** a prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja lícito ou ilícito, contra o recebimento ou a promessa de uma qualquer compensação que não seja devida, para o próprio ou para terceiro. A sua definição enquanto crime consta do Código Penal (CP) e de legislação avulsa, sendo punível com pena que pode ir de multa a prisão efetiva (*vide* artigos 372.º e ss do CP).

Estão previstos na lei diversos tipos de corrupção bem como outros **crimes conexos**. Todos os casos constituem uma infração de natureza penal. Comum a todas as previsões legais, está o princípio de que não devem existir quaisquer vantagens indevidas ou mesmo a mera promessa destas para o assumir de um determinado comportamento, ação ou omissão, seja ele lícito ou ilícito.

Muito próximos da corrupção existem outros crimes igualmente prejudiciais ao bom funcionamento das instituições e dos mercados. São eles o suborno, o peculato, o abuso de poder, a concussão, o tráfico de influência e a participação económica em negócio. Comum a todos estes crimes está a obtenção de uma vantagem ou compensação indevida.

Suborno: pratica um ato de suborno quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a prestar falso depoimento ou

declaração em processo judicial, ou a prestar falso testemunho, perícia, interpretação ou tradução, sem que estes venham a ser cometidos. (art.º 363.º do CP)

Peculato: conduta do funcionário que ilegítimamente se apropria, em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções. (art.º 375.º do CP)

Abuso de poder: comportamento de funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa. (art.º 382.º do CP)

Concussão: conduta do funcionário que, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima. (art.º 379.º do CP)

Tráfico de Influência: comportamento de quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública. (art.º 335.º do CP)

Participação Económica em Negócio: comportamento do funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre em razão da sua função, administrar, fiscalizar, defender ou realizar. (art.º 377.º do CP)

Violação de Segredo por funcionário: o funcionário que sem estar devidamente autorizado, revelar segredo de que tenha tomado conhecimento ou que lhe tenha sido confiado no exercício das suas funções, ou cujo conhecimento lhe tenha sido facilitado pelo cargo que exerce, com intenção de obter

para si ou para outra pessoa, benefício, ou com a consciência de causar prejuízo ao interesse público ou a terceiros. (art.º 383.º do CP)

Sendo a corrupção um crime público, as autoridades estão obrigadas a investigar a partir do momento em que adquirem conhecimento do crime, seja por meio de denúncia ou de qualquer outra forma.

Situações como a morosidade e falta de transparência das práticas administrativas constituem contextos favoráveis à ocorrência de práticas de corrupção e infrações conexas.

Foi neste contexto que foi criado o Conselho de Prevenção da Corrupção, que impôs através da sua Recomendação nº1, às entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos a elaboração de um plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas no propósito de induzir as organizações públicas a prevenirem adequadamente as situações de corrupção.

A Recomendação daquela Entidade tem a sua génese num questionário distribuído a todos os Organismos Públicos, no sentido de efetuar uma primeira avaliação dos riscos nas áreas da contratação pública e da concessão de benefícios públicos.



4. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

4.1. Conceito de Risco e Gestão de Risco

O termo risco é utilizado de forma generalizada para designar o resultado objetivo da combinação entre a probabilidade de ocorrência de um determinado evento, aleatório, futuro e o impacto resultante caso ele ocorra.

O simples facto de uma atividade existir, abre a possibilidade de ocorrência de acontecimentos ou combinação deles, cujas consequências constituem oportunidades para obter vantagens ou então ameaças de sucesso.

A gestão de riscos para a PLRA é entendida como o processo contínuo e em constante desenvolvimento através do qual se analisam os riscos inerentes às respetivas atividades, com o objetivo de identificar e estimar a probabilidade de ocorrência e de controlar a sua ocorrência, através de medidas que permitam evitar, reduzir e/ou assumir os riscos.

O presente Plano de Gestão de Riscos pretende assim identificar as principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como instituir medidas de controlo que procurem a sua mitigação.

Pretende, também, reforçar a cultura da Sociedade e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento com os fornecedores e demais entidades.

4.2. Caracterização das áreas de risco de corrupção e infrações conexas

Atenta a área de atuação da Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A., este Plano centra-se principalmente na área da contratação pública e gestão financeira dos fundos comunitários e capital social.

Deste modo, os objetivos do presente instrumento de planificação são:

- a. identificar as áreas de risco de corrupção e infrações conexas, na Polis Litoral Ria de Aveiro, S.A.;

- b. estabelecer medidas de controlo que salvaguem a inexistência de corrupção ou ato semelhante;

Seguidamente, apresentam-se os principais riscos potenciais de ocorrência de situações de corrupção ou infrações conexas, identificados para cada área e classificados segundo uma escala – elevado (E), moderado (M) e fraco (F) – em função do grau de probabilidade de ocorrência em caso de inexistência de medidas de prevenção, bem como as medidas de controlo que devem ser adotadas no intuito de prevenir o seu acontecimento e mitigar o seu impacto.

A área da **Contratação Pública**, trata-se de um área de potencial risco de corrupção e infrações conexas, ainda que nunca detetado.

A elaboração de consultas, procedimentos concursais e contratos é da responsabilidade da sociedade Parque Expo 98, S.A., nos termos do contrato celebrado ao abrigo do Decreto-lei n.º 11/2009. Cabendo, contudo, ao Conselho de Administração a decisão de contratar, aprovar o lançamento e peças dos procedimentos, bem como a nomeação do júri do concurso.

Identificação de Riscos:

- Ausência de verificação pela PLRA de eventuais impedimentos na composição dos "júris de procedimento" – moderado;
- Ausência de controlo pela PLRA dos colaboradores envolvidos no procedimento de contratação – moderado.

Medidas de Controlo:

- Identificação e registo das situações de impedimento na composição dos júris de procedimento;
- Definir as atitudes comportamentais que os colaboradores devem adotar perante situações de conflitos de interesses;
- Criação e divulgação de um Código de Ética e de Conduta pelos diversos colaboradores e prestadores de serviços.

Ao nível da **gestão financeira**:

Identificação de Riscos:

- Pagamento de despesas após decisão de recusa de Visto pelo Tribunal de Contas - fraco;
- Pagamento de revisão de preços e trabalhos a mais antes que a respetiva despesa seja autorizada pela entidade com competência para o efeito – fraco;
- Pagamento de trabalhos a mais, com vista à realização de trabalhos que resultam de empreitadas realizadas de forma deficiente – moderado;
- Ausência de controlo na área do aprovisionamento quanto à gestão de stocks, receção e armazenagem de bens e produtos – moderado;
- Registo orçamental da despesa respeitando todos os princípios orçamentais – fraco;
- Ausência de planeamento na gestão da tesouraria – fraco;
- Realização de despesa sem que esteja devidamente orçamentada – fraco;
- Política de remunerações e atribuições de prémios de gestão – fraco;

Medidas de Controlo:

- Pagamento de despesas só após validação dos técnicos responsáveis envolvidos e do Conselho de Administração;
- Todas as despesas são cabimentadas e comprometidas;
- Toda a despesa é objeto de procedimentos de validação orçamental e financeira previamente à sua aprovação/concretização;
- Ter em conta critérios rigorosos, eficazes e eficientes na gestão de tesouraria, de forma a maximizar a utilização dos recursos financeiros;
- Realização de diagnósticos e relatórios trimestrais sobre a situação financeira e respetiva execução orçamental;
- Existência de um orçamento anual que deve ter por base, planeamento, estratégia e rigor;
- A remuneração dos órgãos sociais é fixada pelo acionista Estado, não estando prevista a atribuição de prémios de gestão;

4.3. Medidas preventivas gerais dos riscos de corrupção e infrações conexas

A PLRA pauta toda a sua atividade no estrito cumprimento da legislação e regulamentos em vigor, e dos Princípios de Bom Governo e das Empresas do Setor Empresarial do Estado, com o objetivo de assegurar a melhoria e transparência do governo societário.

Um adequado Sistema de Controlo Interno, é fator determinante na luta contra a ocorrência de atos de corrupção, fraudes ou outros atos semelhantes, que coloquem em risco os ativos da sociedade e consequentemente do erário público.

Os trabalhadores e colaboradores da PLRA devem respeitar as regras deontológicas inerentes às suas funções, agir sempre com isenção e em conformidade com a lei, atuar de forma íntegra, transparente e imparcial.

Os trabalhadores e colaboradores da PLRA não devem usar a sua posição e os recursos públicos em seu benefício, tirar partido da sua posição para servir os interesses individuais, evitando que os seus interesses pessoais colidam com a suas funções, solicitar ou aceitar qualquer vantagem não devida, para si ou para terceiro, como contrapartida do exercício das suas funções (ofertas).

a) Medidas de controlo internas

- Existência de um órgão de fiscalização;
- Adoção de um Código de Ética e de Conduta, que constitui um instrumento fundamental na definição normativa que deve ser respeitada por toda a estrutura da organização da empresa, nos diversos níveis que a integram, constituindo em simultâneo o patamar de exigência perante fornecedores e prestadores de serviços nas suas relações com a PLRA;
- Incentivo e promoção de relações de confiança;
- Documentação de todas as despesas e receitas.

b) Medidas de controlo externas

➤ Ao nível externo a PLRA presta informação sistemática aos organismos tutelares e outras entidades e está sujeita a auditorias e inspeções externas, nomeadamente aos seguintes organismos:

- ✓ MF/DGTF – através da plataforma SIRIEF
- ✓ Instituto Nacional de Estatística
- ✓ Tribunal de Contas
- ✓ Direção Geral do Orçamento
- ✓ Inspeção Geral de Finanças
- ✓ IGAOT
- ✓ Autoridade para as Condições do Trabalho



Página 21 de 24

Para além das normas legais aplicáveis, as relações que se estabelecem entre os membros dos órgãos sociais, os funcionários e demais colaboradores, assentam, nomeadamente, num conjunto de princípios e valores, cujo conteúdo está, em parte, já vertido na Carta Ética da Administração Pública. A saber:

- ✓ integridade, procurando as melhores soluções para o interesse público que se pretende atingir;
- ✓ ímpoluto comportamento profissional;
- ✓ consideração ética nas ações;
- ✓ responsabilidade social;
- ✓ não exercício de atividades externas que possam interferir com o desempenho das suas funções na Sociedade ou criar situações de conflitos de interesses;
- ✓ promoção, em tempo útil, do debate necessário à tomada de decisões;
- ✓ respeito absoluto pelo quadro legal vigente e cumprimento das orientações internas e das disposições regulamentares;
- ✓ manutenção da mais estrita isenção e objetividade;
- ✓ transparência na tomada de decisões e na difusão da informação;
- ✓ publicitação das deliberações municipais e das decisões dos membros dos órgãos;
- ✓ igualdade no tratamento e não discriminação;
- ✓ declaração de qualquer presente ou benefício que possam influenciar a imparcialidade com que exercem as suas funções.

6. Monitorização

Para efeitos de monitorização do presente plano, serão adotadas as seguintes medidas:

➤ **Divulgação**

Considerando a importância deste documento, a transversalidade dos temas abordados, e a necessária envolvimento de todos os que de algum modo colaboram com a PLRA, esta Sociedade irá proceder à sua divulgação, nomeadamente na sua página de internet www.polisriadeaveiro.pt.

➤ **Elaboração de um relatório anual**

Considerando que a Recomendação nº1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção prevê a realização de um relatório anual onde se expresse o grau de execução do plano definido será elaborado um relatório anual para verificação da aplicação dos vários instrumentos programados.

Aveiro, 10 de maio de 2013

O Presidente do Conselho de Administração



(Eng.º Manuel Augusto Ruano Lacerda)

O Vogal do Conselho de Administração



(Eng.º José Agostinho Ribau Esteves)

O Vogal do Conselho de Administração



(Dr. João Carlos Gomes Belo Farinha)